

CRISE CAPITALISTA E EDUCAÇÃO SUPERIOR NA CONTEMPORANEIDADE

CAPITALIST CRISIS AND HIGHER EDUCATION IN CONTEMPORANEITY

Raí Vieira Soares **1**

Resumo: A contemporaneidade é caracterizada por aprofundamento da crise estrutural do capital e suas estratégias de recomposição das taxas de lucratividade. Dessa forma, partimos do pressuposto que as tendências da educação superior devem ser analisadas no contexto das transformações societárias em tempos de crise capitalista. Nesse processo, a educação superior vem se apresentando como um grande “nicho lucrativo” para o mercado. Com o aporte da Teoria Social Crítica, o presente artigo objetiva analisar as tendências e contradições da educação superior considerando que a expansão de cursos de nível superior nas instituições privadas e não-universitárias ganhou destaque nos governos do PT, no contexto das transformações do capital e seus rebatimentos na educação superior brasileira.

Palavras-chave: Crise do capital. Governos do PT. Educação superior.

Abstract: Contemporaneity is characterized by deepening of the structural crisis of capital and its strategies of recomposition of rates of profitability. In this process, higher education has been presented as a great “profitable niche” for the market. With the contribution of the Critical Social Theory, the present article aims to analyze the trends and contradictions of higher education considering that the expansion of higher education courses in private and non-university institutions has gained prominence in the PT governments, in the context of the transformations of capital and their refutations in brazilian higher education.

Keywords: Crisis of capital. Governments of the PT. College education.

Professor Assistente no Curso de Graduação em Serviço Social e da Especialização em Serviço Social e Política Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT) câmpus de Miracema. Mestre em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bacharel em Serviço Social pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) câmpus Iguatu. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Política Social, Intersetorialidade e Interdisciplinaridade (GEPSI - UFT) e Colaborador do Laboratório de Pesquisas e Estudos em Serviço Social (LAPESS - UECE). Ênfase em estudos na área de Educação, Trabalho e Formação Profissional em Serviço Social. E-mail: raivieira1993@gmail.com

Introdução

A contemporaneidade é marcada pela *mundialização do capital* e por processos de restauração ou recomposição das taxas de lucro, inserida nesse contexto, temos um processo de expansão da educação superior atravessa por várias contradições, principalmente no que tange ao acesso e à precarização, o que nos exige o esforço analítico coletivo sobre esta realidade para traçarmos estratégias coletivas de defesa e afirmação da educação superior pública, gratuita e de qualidade referenciada nas demandas e necessidades da classe trabalhadora.

A crise na década de 1970, no pós-guerra, findou os “anos de ouro” do capitalismo, inserindo os países de capitalismo avançado em uma profunda e generalizada recessão, que exigiu do capital um processo de reação burguesa para recuperar suas taxas de acumulação, entre as quais estão as estratégias adotadas com o tripé da reestruturação produtiva, *financeirização* e neoliberalismo (PAULO NETTO; BRAZ, 2011).

O processo de restauração capitalista frente à crise se deu em um contexto de *financeirização* do capital, assinalado pela hegemonia das finanças. Esse cenário foi marcado pela centralidade do mercado em oposição à intervenção do Estado e pelas consequências nefastas para o mundo do trabalho. Para a recomposição das suas taxas de lucro, o capital organizou diferentes estratégias, entre as quais, a capitalização dos serviços públicos e estatais; a mercantilização de recursos naturais; os investimentos no capital rentista; e o incentivo à indústria bélica e de segurança. Estas estratégias envolveram três processos inter-relacionados: a reestruturação produtiva, que incidiu sobre os novos mecanismos de exploração da força de trabalho; as mudanças na intervenção do Estado, que criou as condições para a regressão dos direitos sociais e trabalhistas; e as mudanças na sociabilidade e nas condições de existência das classes trabalhadoras (MOTA; TAVARES, 2016). Envolveu também a apropriação de parte do fundo público através das privatizações, concessões e pagamentos de títulos da dívida pública e as restrições nas intervenções do Estado sobre o capital.

Dessa forma, partimos do pressuposto de que é necessário apontar brevemente algumas considerações sobre a crise estrutural do capital para compreendermos as tendências e contradições sobre a política de educação superior na contemporaneidade.

Breves considerações sobre a Crise do Capital

A *financeirização* do capital marca o capitalismo contemporâneo, determinado pelas transações comerciais cada vez mais mundializadas entre os países do centro e os da periferia, como também entre os grandes grupos monopólicos. As transações referidas ocorrem em decorrência dos avanços da informática e das tecnologias em geral, contribuindo para a maior circulação de capital e mercadorias, que alteram as relações tempo-espaço. Nesse panorama, o papel dos bancos é determinante para o controle das finanças, uma vez que facilitam a concentração e centralização do capital. Igualmente, desenvolve-se o chamado *capital fictício* operacionalizado por grupos monopolistas (capitalistas rentistas) que acumulam superlucros mediante a especulação, no sistema monetário de juros, ou seja, desenvolvendo transações no nível da circulação (PAULO NETTO; BRAZ, 2011).

Harvey (2012) assegura que a crise de 1973 evidenciou a incontrolabilidade das incoerências inerentes ao capitalismo. Com efeito, a tentativa de impedir a inflação crescente expôs o grande capital excedente das economias ocidentais, implodindo uma crise mundial imobiliária, grandes dificuldades nas instituições financeiras e o aumento do petróleo. Esta crise também causou uma crise fiscal e de legitimação do Estado, impondo-lhe novas exigências.

A profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor da “estagnação” (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em consequência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político (HARVEY, 2012, p. 140).

A crise na década de 1970 desencadeou um processo denominando por Harvey (2012) de

“acumulação flexível” por materializar um confronto direto com a rigidez do fordismo e defender, ao mesmo tempo, a necessidade de flexibilização das relações de trabalho, dos mercados, das mercadorias e dos padrões de consumo, somado ao surgimento de novos setores de produção, novos serviços financeiros, novos mercados e novas formas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A flexibilização conferiu também novas configurações para o desenvolvimento desigual, tanto entre setores, quanto entre países ou regiões, legitimando uma nova compreensão da relação tempo-espaço, devido o avanço das comunicações e do setor de transportes. No mundo do trabalho, esse contexto culminou com o aumento do desemprego, agora configurado como um “desemprego estrutural”; o maior controle sobre a força de trabalho; e o retrocesso do movimento sindical.

Marinho (2015) faz uma análise da crise do capital com base na obra *Para além do capital* de Meszáros, ressaltando sua tese de que a lógica destrutiva do capital ocorre devido à incontornabilidade do sistema e por meio da taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias. Na lógica do capital, o valor de uso é subordinado ao valor de troca, ou seja, a redução do tempo de vida útil das mercadorias tem sido o principal instrumento da acumulação capitalista. A diferença da crise do capital da contemporaneidade, quando comparada a outras crises, é justamente sua expressão estrutural, já que as crises fazem parte da dinâmica do capital e são necessárias a sua sobrevivência.

A crise contemporânea do capital traz, no entanto, uma novidade histórica, que se evidencia em quatro aspectos principais: é universal – atinge todas as esferas da produção; é global – não se limita mais a um conjunto de países; é contínua – não mais cíclica como anteriormente; é ‘administrável’ – em vez de explosiva como as anteriores (MARINHO, 2015, p. 63).

Esta crise estrutural apontada por Meszáros afeta toda a complexidade do capital e também todo o complexo social, sendo uma crise geral com consequências para a esfera socioeconômica e para as instituições políticas. O capitalismo se funda por contradições, logo, a crise estrutural demonstra um acirramento das contradições da lógica do capital, nunca resolvidas. Ressaltamos que não é possível ao capital se estabelecer sem antagonismos, uma vez que ele não é capaz de resolver suas contradições e limites: questionar isso significaria o fim do próprio capitalismo. Ao mesmo tempo, são essas incongruências que impulsionam o sistema capitalista para a busca de formas de superação das suas crises e a recomposição de suas taxas de lucro. Diante das configurações e impactos da crise estrutural, Meszáros destaca como consequências catastróficas: a busca incontornável por recursos; a intensificação do uso de capital no processo de produção; o incentivo à multiplicação do valor de troca na sociedade; e, por último, o desperdício de gente, com a produção de ‘pessoas supérfluas’ (MÉSZÁROS *apud* MARINHO, 2015, p.78, grifos da autora).

O capital impulsiona seu crescimento, com a finalidade de recomposição das taxas de lucro, por meio do investimento e da inovação tecnológica, caminhando, lado a lado, com sua lógica destrutiva, que coloca riscos para a sobrevivência da humanidade. Nesta busca por recompor as taxas de lucros, este intensifica um duplo processo de exploração dos trabalhadores, seja como produtores, seja como consumidores. Igualmente, ele se expande para todo o planeta, levando suas contradições e abrindo mercados em novos territórios, tornados membros acessórios do desenvolvimento do imperialismo, ou seja, a expansão é uma necessidade do próprio capital. (*Ibid.*). Três características básicas do capitalismo também se manifestam no contexto de sua crise estrutural:

1. O capital é orientado para o crescimento. [...] Um dos pilares básicos da ideologia capitalista é que crescimento é tanto inevitável como bom. A crise é definida, em consequência, como falta de crescimento.
2. O crescimento em valores reais se apoia na exploração do trabalho vivo na produção. [...] O capitalismo está fundado, em suma, numa relação de classe entre capital e trabalho.
3. O capitalismo é, por necessidade, tecnológica e organizacionalmente dinâmico. [...] Mas a mudança

organizacional e tecnológica também tem papel-chave na modificação da dinâmica da luta de classes, movida por ambos os lados, no domínio dos mercados de trabalho e do controle do trabalho (HARVEY, 2012, p. 165-169).

Por ser dinâmico, como assinalou Harvey (2012), o capital na contemporaneidade assume formas mistas e híbridas para garantir sua própria sobrevivência e reprodução, ultrapassando os limites de tempo e espaço com a “totalidade intensiva” da exploração do trabalho. No sistema do capital, as necessidades humanas estão subordinadas à produção do valor de troca das mercadorias, o que significa dizer que se subordinam à acumulação capitalista e à reprodução ampliada do capital, alicerçada na extração de mais-valia. Em outras palavras, no sistema capitalista temos a produção de uma “riqueza reificada” voltada para a valorização do capital e não para a satisfação das necessidades humanas. Além disso, a produção na atualidade assume a forma de uma produção destrutiva e do desperdício, ou o que Mézáros denominou de “geração-de-desperdício institucionalizado” (MÉSZÁROS *apud* MARINHO, 2015).

Com a crise estrutural do capital, o Estado capitalista é fortalecido com o objetivo de contribuir no favorecimento do grande capital. As contradições do sociometabolismo do capitalismo são transformadas em disputas e guerras entre Estados nacionais, colocando em xeque novamente a sobrevivência da humanidade. Esta questão faz com que o contexto de crise estrutural traga maiores ameaças para a vida social do que em qualquer outro momento histórico, assumindo a forma de perigos planetários. Nesse cenário, temos a “ativação dos limites absolutos do capital” como expressão do esgotamento da sua ascensão histórica (MARINHO, *op. cit.*, p. 88).

Mészáros (2015), numa crítica radical ao Estado, apontou-o como “a montanha que devemos conquistar”, situando que é no contexto de crise estrutural, que são evidenciados os limites absolutos deste, os quais exigem cada vez mais a intervenção do Estado para garantir a sobrevivência e reprodução do sistema. A compreensão do capitalismo contemporâneo requer a análise crítica de três pilares fundamentais interligados: capital, trabalho e Estado. Sendo assim, devemos pensar no Estado neoliberal como uma instância fundada e legitimada sob as contradições estruturais do capital, assim como em suas formas jurídicas, que são expressões e imposições alienadas do sistema capitalista.

[...] Uma crítica radical do Estado, no espírito marxiano, com suas implicações de longo alcance para o fenecimento do próprio Estado, é uma exigência literalmente vital do nosso tempo. O Estado na sua composição material antagônica do capital não pode fazer outra coisa senão proteger a ordem sóciometabólica estabelecida, defendê-la a todo custo, independentemente dos perigos para o futuro da sobrevivência da humanidade. Essa determinação representa um obstáculo do tamanho de uma montanha que não pode ser ignorado ao tentar a transformação positiva tão necessária de nossas condições de existência (MÉSZÁROS, 2015, p. 28).

Corroborando com a reflexão de Mézáros, podemos acrescentar o debate sobre a natureza e o papel desempenhado pela dívida pública no contexto desta crise. Lupatini (2012) afirma que desde a década de 1980 há um processo de reconfiguração do Estado para atender as necessidades do capital sob a forma de capital portador de juros. Neste sentido, a dívida pública se apresenta como uma importante estratégia de reprodução ampliada do capital via títulos públicos (forma assumida pelo capital fictício). Os títulos públicos garantem o direito sobre as receitas anuais do Estado, que compõem o fundo público¹. Logo, quem possui os títulos determina o valor da remuneração dos seus empréstimos, principalmente as taxas de juros. Pelo fato de o sistema tributário brasileiro ser regressivo, quem sustenta nosso Estado é a classe trabalhadora, pois esta é quem mais paga

1 Segundo Brettas (2012), o fundo público é “composto por recursos arrecadados sob a forma de impostos e contribuições pagos tanto pela classe trabalhadora, quanto por capitalistas” (p. 101). Além disso, esta autora chama a atenção para não cairmos em análises que afirmam o fundo público como uma dimensão meramente técnica carregada por uma suposta neutralidade. Na sociedade capitalista, o fundo público está em disputa entre distintas classes sociais, expressando também as contradições fundantes dessa sociabilidade.

impostos. Dito de outro modo, a maior parte da composição do fundo público vem dos recursos dos trabalhadores assalariados, porém a maior parte deste fundo público é apropriada pelo capital, através dos detentores dos títulos públicos. Sobre o aumento da dívida pública, urge considerar que

[...] esta, em 2011, atingiu a cifra de 1,72 trilhão de reais e o que se pagou de juros pela dívida pública foi em torno de 237 bilhões de reais. Essa cifra dos juros pagos pela dívida pública é aproximadamente catorze vezes superior ao total de recursos destinado ao Programa Bolsa Família, o qual, em 2011, totalizou R\$ 16,7 bilhões e atingiu mais de 13 milhões de famílias. Eis a que (e a quem) serve a reconfiguração do Estado sob o ideário neoliberal e das políticas sociais (LUPATINI, 2012, p. 87).

Todo o cenário apresentado traz consequências para a totalidade da vida social, refletidas pela forma de intervenção do Estado através das políticas sociais, pela sua relação com a sociedade, bem como pelos resultados da reestruturação produtiva sobre o mundo do trabalho. Referidas consequências impactam com maior força nos países periféricos, como o Brasil, devido, entre outras questões, as suas particularidades históricas na conformação do mercado de trabalho. Entre estas particularidades, ressaltamos a flexibilidade, a precariedade, a rotatividade e o desemprego estrutural, como constituintes do regime de trabalho brasileiro (SANTOS, 2012), bem como a existência de “configurações compósitas das condições e relações de trabalho” (TRINDADE, 2017, p. 11), originadas pela peculiaridade do nosso processo de transição entre o fordismo e o toyotismo.

Contemporaneidade e Política de Educação Superior

A reestruturação produtiva se caracteriza pela flexibilização dos processos e mercados de trabalho, com destaque para a terceirização das relações trabalhistas; o rompimento com a produção “rígida” do padrão taylorista-fordista, que deu lugar à flexibilidade da produção para novos territórios, precipuamente áreas subdesenvolvidas; e a redução do trabalho vivo, mediante a incorporação de tecnologias no processo produtivo, acentuando o desemprego. Os resultados da reestruturação se refletiram diretamente nas condições de trabalho, que passaram a ser marcadas pela precarização; intensificação da exploração; redução salarial; emprego em tempo parcial; aumento do trabalho informal, dentre outras expressões (PAULO NETTO; BRAZ, 2011). Este movimento também repercutiu na política educacional, pois

[...] sob a égide da reestruturação produtiva e globalização, a educação tecnológica como política de Estado assume grande parte da incumbência de propiciar condição ao setor produtivo nacional de alcançar os padrões de qualidade, produtividade e competitividade dos países desenvolvidos (PINO, 2016, p. 93).

O contexto de financeirização do capital, reestruturação produtiva e hegemonia neoliberal influenciaram a forma de intervenção estatal. Na realidade, no neoliberalismo, Estado e capital estão diretamente imbricados, porque na sua essência o Estado é capitalista. Por isso, as relações trabalhistas são desregulamentadas com o incentivo e o consentimento do Estado e os direitos trabalhistas e as políticas sociais, cada vez mais focalizadas na extrema pobreza, são diminuídos, ou seja, no neoliberalismo o que predomina é este “Estado mínimo para o social e máximo para o capital” (PAULO NETTO *apud* BEHRING, 2009, p. 09), conforme antes apontado. Consoante a isso, o discurso da flexibilização defendido pelo mercado é assumido também pelas ações do Estado.

Esse conjunto de ações estatais flexibilizadoras teve como base ajustes estruturais nas contas nacionais, afetando desde as políticas sociais até a continuidade do investimento estatal direto nos setores produtivos e financeiros, submetendo a alocação dos recursos e dos resultados econômicos ao movimento do livre mercado. No que tange aos trabalhadores, passou-se a eliminar sistematicamente as regulamentações protetoras de direitos básicos, responsabilizando-as pelo

engessamento dos mercados de trabalho, pela elevação dos custos de produção e subsequente diminuição da competitividade empresarial (PINTO, 2013, p. 48).

Exposto o cenário de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, cabe ressaltar seus influxos sobre as dimensões da vida social, onde o mundo do trabalho tem centralidade. Em tempos de crise, o capital, com o intuito de manter suas taxas de lucro intensifica os processos de exploração da força de trabalho e, com o auxílio do Estado, desregulamenta as relações trabalhistas. No processo de crise estrutural do capital, a classe trabalhadora é a principal afetada, pois de um lado ela sofre com a situação de desemprego, compondo o exército industrial de reserva (extremamente funcional à acumulação capitalista) e, de outro lado, ela se insere no mercado de trabalho, submetida às condições de precarização, rotatividade, instabilidade, informalidade e terceirização.

Isto ocorre porque o Estado neoliberal é reconfigurado para atender as orientações e necessidades do capital, contribuindo para o processo de acumulação, que produz consequências diretas sobre a forma e o conteúdo da legislação trabalhista e das políticas sociais. Assim, as relações e condições de trabalho, caracterizadas pela precarização, rotatividade e flexibilidade, são legitimadas pelas legislações estatais². Do mesmo modo, as políticas sociais são orientadas segundo critérios de seletividade, focalização e descentralização, tendências que vem sendo aprofundadas na realidade brasileira atual, ajudadas pelo conjunto de “contrarreformas” (BEHRING, 2008) empreendidas. O neoliberalismo estatal também impacta na política de educação superior, provocando uma refuncionalização da universidade brasileira.

Devemos ressaltar que as políticas educacionais no Brasil passaram por mudanças no início dos anos 1970, pois com o crescimento do setor urbano-industrial sobre o setor agrário-exportador, o Estado passou a ofertar cursos de formação de mão de obra para a indústria, com destaque para a profissionalização no ensino médio, a partir da Lei nº 5.692/1971, sancionada como estratégia de qualificação da força de trabalho para ingressar no setor industrial. A partir da entrada periférica e dependente do Brasil na economia mundial e com as recomendações de organismos internacionais, como o Banco Mundial, a educação foi apresentada como um critério basilar para a definição da posição do país em relação a outros Estados nacionais, como também impulsionou seu “projeto de desenvolvimento”. Contudo, esta concepção apresentava várias contradições e limites, tais como o da necessidade de se aumentarem os gastos públicos com a educação, algo que se contrapunha às diretrizes neoliberais; e de se oferecerem postos de trabalho num contexto de crescimento do desemprego, sob a pressão social dos estudantes egressos (OLIVEIRA, 2006).

Segundo Chauí (2001), a universidade não está isenta do movimento de transformações engendradas pelo Estado neoliberal. A flexibilização atingiu a autonomia universitária, os contratos e regimes de trabalho, as parcerias público-privada, a definição de “qualidade” segundo critérios de produtividade. A universidade brasileira é também expressão das condições sociais e políticas da sociedade em determinados contextos. Por essa razão, ela passou por três movimentos correspondentes às transformações do capital: a universidade funcional, a universidade de resultados, e a universidade operacional.

A *universidade funcional* foi criada na década de 1970 sob o regime civil-militar, sendo destinada às classes médias urbanas, e tendo como função conferir sustentação político-ideológica ao movimento ditatorial. Neste período, houve uma expansão dos cursos superiores, dada a exigência de formação imediata de mão de obra qualificada para se inserir no mercado de trabalho insurgente. Desse modo, esta universidade se adaptou às demandas do mercado, desde os currículos às atividades gerais, visando garantir o ingresso dos estudantes no mercado (CHAUÍ, 2001).

Por sua vez, a *universidade de resultados* da década de 1980 foi gestada no período anterior, mas trouxe como elemento novo a expansão do ensino superior pelas mãos do setor privado e a

² Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal (PNAD Contínua) do IBGE, o emprego informal, sem carteira assinada, superou o emprego formal pela primeira vez em 2017. Esta situação já é uma das consequências da “reforma” trabalhista e da lei das terceirizações, aprovadas no governo Temer. Para ter acesso a esses dados, ver em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/No-Brasil-trabalho-informal-e-a-nova-regra>>. Acesso em: 06/03/2018.

introdução da concepção de parceria público-privada. A introdução desta concepção se fez por meio dos estágios para garantia de futuros empregos, como também pela realização de pesquisas, de acordo com as demandas do mercado, ou seja, era uma universidade voltada para as empresas (*Ibid.*).

Já a *universidade operacional* da década de 1990, caracterizou-se pelo retorno a si mesma no que tange à gestão e à administração dos contratos, o que significou a perda de si mesma. Pela ideia de flexibilidade e eficácia organizacional, esta universidade passou a ser avaliada segundo critérios de produtividade, que não se comprometem com a qualidade da formação e o conhecimento intelectual. Dessa forma, a universidade operacional se isolou dentro de si mesma, sendo produtiva e flexível, ao mesmo tempo. Nesta, o sentido da docência é reconfigurado, passando a ser viabilizado pela rápida transmissão de conhecimentos, de fácil leitura e apreensão via manuais. Os professores são submetidos a contratos de trabalho precários e, em grande parte, também temporários, o que gera consequências também sobre a docência superior, desaparecendo a sua função primordial: a formação³. No que se refere à pesquisa, esta é diretamente sacrificada via fragmentação e “aligeiramento” do conhecimento, excluindo-se a reflexão ou compreensão da realidade como totalidade social (CHAUI, 2001).

Podemos notar que as contradições postas pela “reforma” do Estado e o fortalecimento do neoliberalismo na crise do capital, na área da educação, mostram-se com a verticalização educacional, a partir do crescimento dos cursos tecnológicos, que possibilitam estender o tempo de permanência do aluno na educação profissional, bem como com a transferência da responsabilidade com os gastos educacionais do Estado para o estudante, tanto na educação profissional, quanto na educação superior. Esta última, particularmente, evidencia o crescimento do setor privado na educação, em decorrência do aumento do número de matrículas no ensino superior desde a década de 1990.

As diretrizes da focalização, seletividade e flexibilidade, características das políticas educacionais no Estado neoliberal, revelam a reorganização do ensino para atender parâmetros mercadológicos e de diminuição dos investimentos estatais. Merece destaque a Emenda Constitucional nº 14/1996, que suprimiu o caráter obrigatório e gratuito do ensino médio, antes garantido pelo artigo 208 da Constituição Federal de 1988, que foi substituído pela “progressiva universalização do ensino médio gratuito” (OLIVEIRA, 2006). Com isso, a obrigatoriedade na oferta do ensino gratuito pelo Estado se tornou limitada ao ensino médio, o que demonstra a redução e focalização da intervenção estatal.

Consideramos que a reformulação do Estado na década de 1990 incidiu abertamente sobre a concepção de universidade pública e no incentivo à educação profissional e tecnológica, conforme orientam as diretrizes do grande capital para a política educacional.

Nas últimas décadas do século XX, a educação brasileira passa a seguir mais estritamente as definições dos organismos internacionais, que, por sua vez, defendem o ensino básico como o principal instrumento para sustentação econômica do país em detrimento da educação superior, avaliada como elitista e dispendiosa, enquanto que aquele nível educativo é visto como necessário para garantir a equidade entre as pessoas. Nesse sentido, o subsistema tecnológico é incentivado como alternativa de acesso à universidade, pois, segundo seus guardiões, proporcionaria a propalada inclusão social, o desenvolvimento regional, o acesso rápido ao emprego, entre outras exigências mercadológicas (SANTOS, 2012, p. 80).

A política de educação superior no Brasil articulada à racionalidade neoliberal iniciou seu processo de expansão com o governo FHC, fundamentando-se em duas estratégias principais, quais sejam, a ampliação do setor privado e a privatização interna das universidades públicas.

³ Como consequência da “reforma” trabalhista, em dezembro de 2017 o grupo Estácio de Sá demitiu 1200 professores, assim, evidencia que as mudanças no mundo do trabalho impactam direta ou indiretamente sobre a educação. Para ter acesso a essa notícia, ver: <<https://www.revistaforum.com.br/um-dos-1200-demitidos-da-faculdade-estacio-professor-dispara-objetivo-e-reduzir-direitos-trabalhistas/>>. Acesso em: 06 mar. 2018.

Os aspectos que a distinguiram correspondem: a expansão de instituições não-universitárias, portanto, sem obrigatoriedade de implementação de pesquisa e extensão; ao “aligeiramento” da formação profissional, com a criação de cursos de curta duração e cursos na modalidade à distância, provocando uma certificação em larga escala; a venda de serviços educacionais, parcerias público-privadas e a existência de cursos pagos nas universidades públicas (LIMA, 2012).

Dados gerais sobre a educação superior no Brasil demonstram que até 2006, do total de 2.398 Instituições de Ensino Superior (IES), 2.141 eram privadas e 257 eram públicas, o que significa que 89,28% são instituições privadas, enquanto apenas 10,72% são públicas (MEC/INEP, 2007 *apud* LIMA, PEREIRA, 2009). Estes dados ratificam o processo de expansão da educação superior em curso no Brasil e ainda destacam a representatividade do setor privado, negando, por um lado, a perspectiva da educação como um direito e confirmando, por outro lado, a educação como uma mercadoria.

Em relação aos cursos de Serviço Social, Pereira (2010) salienta que a formação profissional em Serviço Social não está isenta deste processo de expansão e mercantilização da educação superior, uma vez que 91% dos cursos criados a partir de 2003 estão inseridos no setor privado, sendo que 60% destes estão em IES não-universitárias (faculdades isoladas e centros universitários). Estas últimas não são obrigadas a implementar nem pesquisa, nem extensão, dimensões essenciais ao processo formativo, conforme indicam as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)⁴.

Uma comparação entre o ano de 1995 e o de 2010, demonstra a ampliação da participação do setor privado no âmbito dos cursos de Serviço Social. Em 1995, a iniciativa privada representava 57% dos cursos através de 41 unidades de ensino, já em 2010, o ensino privado passou a compreender 81% da formação profissional em Serviço Social, por meio de 270 IES e 68.724 matrículas (BRAZ; RODRIGUES, 2013). A expansão dos cursos de Serviço Social citada gera impactos na formação profissional e causa uma descaracterização do ensino universitário, que em geral fica resumido às atividades de ensino, dissociadas das iniciativas de pesquisa e extensão. Ademais, ocorre uma restrição quanto às vivências em espaços de organização política, a exemplo do movimento estudantil. Cabe dizer que a expansão de cursos de Serviço Social também se associa à expansão do mercado de trabalho para assistentes sociais, principalmente, a partir da instituição, no governo Lula, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, que organizou a política de assistência social com a perspectiva da descentralização e da gestão compartilhada. Além disso, expansão dos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), políticas de desenvolvimento urbano e rural através do Programa Minha Casa Minha Vida e assistência técnica no campo possibilitando a criação de espaços ocupacionais para assistentes sociais.

Todas as questões apresentadas são indispensáveis para compreender a educação e suas particularidades na realidade brasileira no contexto de crise e contrarreforma do Estado. Ao mesmo tempo, estas questões nos ajudam a pensar a funcionalidade da expansão da educação superior e a formação “aligeirada” e especializada, como instrumentos de atendimento às requisições do capital e às mudanças no mundo do trabalho. Dizemos isso, porque o capital, na busca de novos espaços de acumulação, vem se apropriando da educação e a transformando em um nicho altamente lucrativo, numa mercadoria rentável, num negócio vantajoso, ou seja, mercantilização dos direitos.

Neste contexto, o capital solicita um trabalhador polivalente e disponível para sua reprodução ampliada, tornando a educação, numa economia dependente e periférica, como é o caso do Brasil, numa ferramenta para a formação de determinado perfil profissional, isto é, submisso, acrítico e conformado com a realidade. Expressão disso é o incentivo à educação profissional e técnica, que prioriza os conteúdos necessários e úteis ao mercado e restringe as discussões teóricas, críticas e questionadoras da realidade social, econômica, política e cultural. Este processo carrega consigo contradições marcadas por continuidades e rupturas, sendo a defesa e a luta pela educação pública uma exigência imperativa numa sociedade como a brasileira, determinada pelo elitismo e pelas históricas desigualdades sociais.

4 É preciso destacar que embora as Diretrizes Curriculares da ABEPSS apontem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como princípio formativo, as Diretrizes Curriculares de Serviço Social do MEC (2001) excluem este princípio, contribuindo para uma formação que se restringe à sala de aula sem necessariamente existirem espaços de fomento à pesquisa e à extensão (ORTIZ, 2013).

Considerações Finais

O cenário contemporâneo revela as transformações do capital em sua crise estrutural e as possíveis respostas do Estado. Entre estas respostas estão as políticas públicas, inseridas no processo de financeirização; a reestruturação produtiva no mundo do trabalho; e o neoliberalismo. No que diz respeito às políticas públicas, destacamos a política de educação superior e as tendências assumidas por ela, devido às transformações contemporâneas, particularizadas na conjuntura brasileira, de intensos ataques à educação pública. Esta política na atualidade vem se caracterizando pelo incentivo a sua mercantilização e à expansão da educação privada, assim como pela redução dos gastos com o ensino público gratuito, processos iniciados na década de 1990, com o governo Fernando Henrique Cardoso e continuado pelo governo Luís Inácio Lula da Silva.

Nos governos do PT, a educação superior ganhou centralidade com a expansão do ensino privado presencial e também na modalidade EAD. Ao mesmo tempo, embora em menor proporção, houve um crescimento das universidades federais e a interiorização do ensino superior público, balizado pelo dilema entre acesso e precarização. Sobre esse aspecto, consideramos que essa expansão da educação superior pública no interior da “frente neodesenvolvimentista” (BOITO JR, 2012) apresenta também as contradições desse período mas também cumpre um papel relevante na media que possibilitou a inserção de jovens do interior a ingressarem nas instituições federais, seja pela interiorização como também através das cotas sociais e raciais, o que vem demandando a implementação de políticas de assistência estudantil que garanta a permanência e êxito dos discentes. Este movimento não podemos desconsiderar das nossas análises, pois avaliamos que o ingresso de estudantes cumpre uma função social e política importante na disputa pela educação atravessada pela luta de classes, ou seja, filhos e filhas de trabalhadores devem ingressar na educação superior pública, pois esta é um direito historicamente negado na nossa formação social brasileira.

Referências

BEHRING, Elaine Rossetti. As novas configurações do estado e da sociedade civil no contexto da crise do capital. In: CFESS. (Org.). **Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009. p. 69-86.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOITO JUNIOR, Armando. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JUNIOR, Armando; GALVÃO, Andréia (Orgs.). **Política e Classes Sociais no Brasil dos Anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012.

BRAZ, Marcelo; RODRIGUES, Mavi. O Ensino em Serviço Social da Era Neoliberal (1990-2010): avanços, retrocessos e enormes desafios. In: SILVA, José Fernando Siqueira da. (Org.). **Sociabilidade Burguesa e Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

BRETTAS, Tatiana. Dívida Pública: uma varinha de condão sobre os recursos do fundo público. In: SALVADOR, Evilásio et al. (Orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 22. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

LIMA, Kátia. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do século. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de (Orgs)/FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. **Serviço Social e Educação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

LIMA, Kátia; PEREIRA, Larissa D. Contra-reforma na Educação Superior Brasileira: impactos na

- formação profissional em Serviço Social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 1, p. 31-50, 2009.
- LUPATINI, Márcio. Crise do capital e dívida pública. In: SALVADOR, Evilásio et al. (Orgs.). **Financeirização, Fundo Público e Política Social**. São Paulo: Cortez, 2012.
- MARINHO, Cristiane Maria. **Pensamento Pós-Moderno e Educação na Crise Estrutural do Capital**. 2. ed. Fortaleza: EdUECE, 2015.
- MESZÁROS, Istvan. **A Montanha que Devemos Conquistar**: reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MOTA, Ana Elizabete; TAVARES, Maria Augusta. Trabalho e expropriações contemporâneas. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela (Orgs.). **Cenários, Contradições e Pelejas do Serviço Social Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.
- OLIVEIRA, Elenilce Gomes de. Políticas educacionais no contexto da reforma do Estado brasileiro. In: ARRAIS NETO, Enéas (Org.). **Educação e Modernização Conservadora**. Fortaleza: UFC, 2006.
- ORTIZ, Fátima Grave. Notas Sobre as Diretrizes Curriculares: avanços, impasses e desafios. In: GUERRA, Yolanda. LEITE, Janete Luzia. ORTIZ, Fátima Grave. **Temas Contemporâneos: o serviço social em foco**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.
- PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- PEREIRA, Larissa Dahmer. A Expansão dos cursos de Serviço Social em tempos de Contra-reforma do Ensino Superior Brasileiro. **Revista de Políticas Públicas**, Maranhão, v. 1, p. 323-332, 2010.
- PINO, Aline Muras de Oliveira. **Diversidade Sexual e Educação**: direitos LGBTs no IFRN Macaú. 2016. 143f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Direitos Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, RN, 2016.
- PINTO, Geraldo Augusto. **A Organização do Trabalho no Século XX**: taylorismo, fordismo e toyotismo. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SANTOS, Deribaldo. **Graduação Tecnológica no Brasil**: crítica à expansão do ensino superior não universitário. Curitiba: CRV, 2012.
- SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.
- TRINDADE, Hiago. **No Fio da Meada**: trabalho e precarização na indústria têxtil. Bauru, SP: Canal 6, 2017.